

Os Angolanos dizem que o governo deve agir sobre as alterações climáticas, mesmo que seja caro

Afrobarometer Edição No. 562 | Kelechi Amakoh

Sumário

O aumento do nível das águas do mar ameaça as áreas costeiras de Angola, onde vive quase metade da população. A seca e as cheias ameaçam o sector agrícola, que emprega 85% dos adultos angolanos. Uma maior exposição as doenças, a escassez de água e a insegurança alimentar representam uma ameaça para todos os Angolanos (USAID, 2018; World Bank Group, 2022).

Estes e outros impactos projectados das alterações climáticas colocam Angola entre os países mais vulneráveis e menos preparados do mundo, posicionando-se na posição 154º entre 182º países no Índice Global Notre Dame de Iniciativas de Adaptação dos Países (Notre Dame Global Adaptation Initiative's Country Index 2020).

As medidas do governo para enfrentar as alterações climáticas incluem a criação do Comitê Nacional sobre Alterações Climáticas e Biodiversidade em 2012 e um Escritório de Alterações Climáticas no Ministério do Meio Ambiente em 2014. Um conjunto de planos e programas nacionais procuram integrar a adaptação às alterações climáticas nas estratégias nacionais de desenvolvimento (Grupo Banco Mundial, 2022; USAID, 2018.). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022) informa que o mais recente plano nacional do clima de Angola encurta em cinco anos o prazo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e delinea ações de mitigação e adaptação em todos os sectores.

Este dispatch relata um modulo especial incluído no questionário da Ronda 9 do Afrobarometer para explorar as experiências e percepções dos Angolanos sobre as alterações climáticas.

Os resultados revelam que menos de metade dos Angolanos já ouviram falar das alterações climáticas, incluindo apenas um em cada quatro residentes rurais. A maioria dos que estão conscientes das alterações climáticas dizem que estão a piorar as condições de vida em Angola. A consciência sobre as alterações climáticas em geral e do seu impacto negativo aumenta acentuadamente com o nível de educação dos cidadãos.

Entre aqueles familiarizados com as alterações climáticas, a grande maioria diz que o governo, as empresas e a indústria, países desenvolvidos e os cidadãos comuns precisam fazer mais para combatê-la.

Inquéritos do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 (2021/2022) estão em andamento. O Afrobarometer realiza

entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos, entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

Principais conclusões

- Quase metade (45%) dos Angolanos disse que a seca se tornou mais severa na sua região nos últimos 10 anos. Um terço (33%) disse ter acontecido o mesmo com as cheias.
- Menos de metade (46%) dos Angolanos afirmou ter ouvido falar das alterações climáticas. Entre os que têm consciência sobre as alterações climáticas:
 - A maioria (56%) dos cidadãos disse que as alterações climáticas estão a agravar as condições de vida dos Angolanos.
 - Mais de seis em 10 afirmou que os cidadãos ordinários podem ajudar na limitação das alterações climáticas (63%) e o governo deve tomar acções imediatas para limitar as alterações climáticas (61%), mesmo que seja oneroso, provoque desemprego, ou retire recursos da economia.
 - Apenas uma pequena minoria disse que o governo (10%), comércio e indústria (12%), países desenvolvidos (16%) e cidadãos ordinários (21%) estão a fazer bastante esforço para lutar contra as alterações climáticas.

Condições climáticas extremas

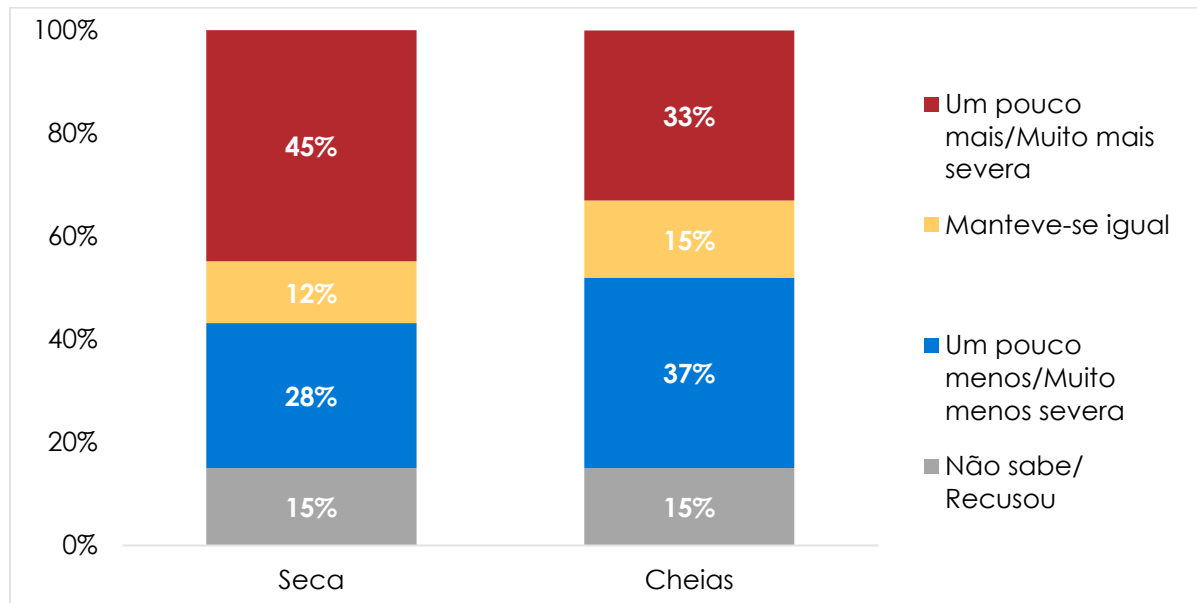
Antes de perguntar sobre as alterações climáticas, o Afrobarometer perguntou aos respondentes sobre as suas experiências com as condições climáticas extremas. Quase metade (45%) dos Angolanos disse que a seca se tornou “um pouco mais severa” ou “muito mais severa” ao longo dos últimos 10 anos, enquanto 28% afirmou que se tornou menos severa e 12% não referiu alteração na sua severidade (Figura 1).

Apenas um terço (33%) dos cidadãos disse que as cheias pioraram, na última década, enquanto 37% referiu que a sua severidade diminuiu.

Os residentes rurais têm mais chance que os urbanos de reporter sobre o agravamento da seca (51% vs. 42%) (Figura 2). Os respondentes economicamente mais confortáveis (com “fraco” ou “nenhum” nível de pobreza¹) são um pouco mais propensos a ver o aumento da severidade das cheias (37%) do que os mais pobres (31%-33%).

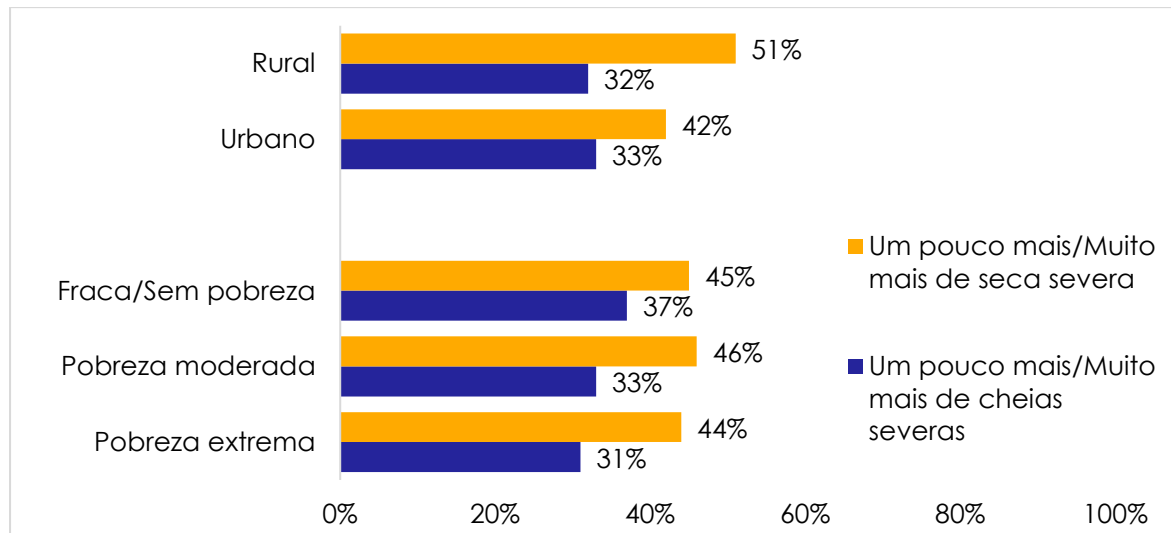
¹ O Índice de Pobreza Viva do Afrobarometer mede os níveis de privação material dos entrevistados perguntando com que frequência eles ou suas famílias ficaram sem necessidades básicas (comida suficiente, água suficiente, assistência médica, combustível suficiente para cozinhar e renda em dinheiro) durante o ano anterior. Para saber mais sobre a pobreza vivida, ver Mattes (2020).

Figura 1: Severidade da seca e das cheias | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Na sua experiência, nos últimos 10 anos, tem havido alguma mudança na severidade dos seguintes eventos na área em que você vive? Estes eventos têm sido mais severos, menos severos ou se mantiveram relativamente iguais?

Figura 2: Seca e cheias mais severas | por residentes urbanos-rurais e nível de pobreza | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Na sua experiência, nos últimos 10 anos, tem havido alguma mudança na severidade dos seguintes eventos na área em que você vive?

Alterações climáticas

Consciência sobre as alterações climáticas

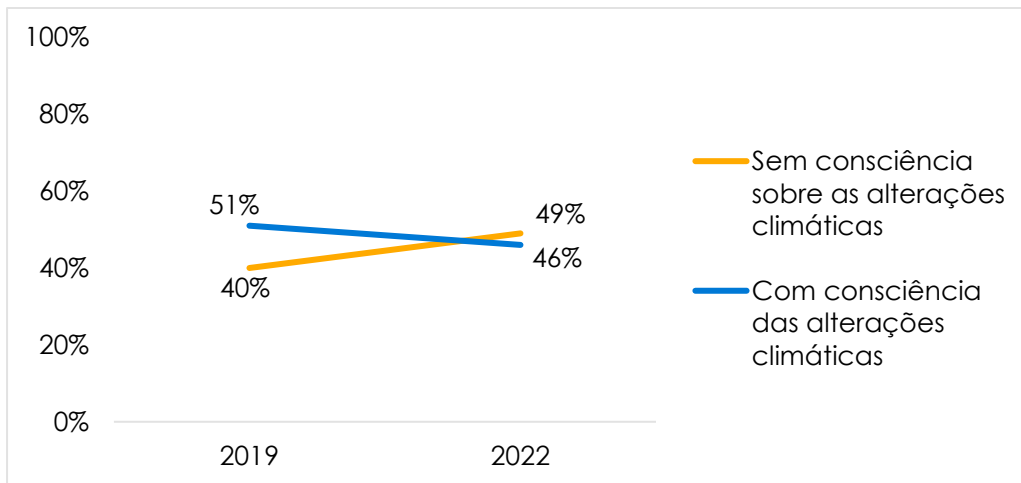
Pouco menos de metade (46%) dos Angolanos afirmou ter ouvido falar sobre as alterações climáticas, uma queda de 5% comparativamente a 2019 (Figura 3).

A consciência sobre as alterações climáticas é particularmente baixa nas zonas rurais (25%, vs. 57% nas cidades) (Figura 4), apesar das suas implicações potencialmente catastróficas

sobre a agricultura. Também é baixa entre os Angolanos sem educação formal (23%) ou apenas com o ensino primário (26%), aumentando significativamente com o ensino secundário (56%) ou ensino universitário (79%).

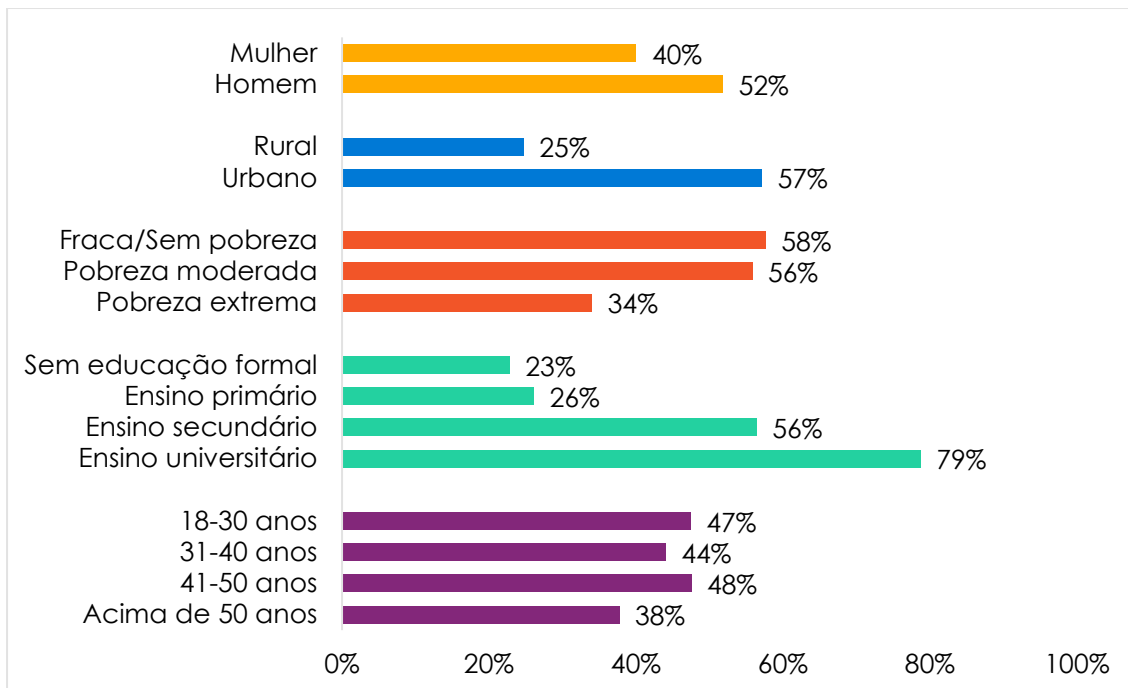
Os cidadãos em situação de pobreza estão menos familiarizados com o termo “alterações climáticas” (34% entre os que se encontram em situação de pobreza extrema vs. 58% entre os que se encontram em situação de fraca pobreza ou sem pobreza). Maish omens do que mulheres têm consciência do conceito (52% vs. 40%). Os cidadãos adultos (38%) são menos propensos a ter ouvido falar sobre as alterações climáticas do que os mais jovens (44%-48%).

Figura 3: Consciência sobre as alterações climáticas | Angola | 2019-2022



Pergunta aos respondentes: Já ouviu falar sobre as alterações climáticas ou ainda não teve a oportunidade de ouvir sobre isso?

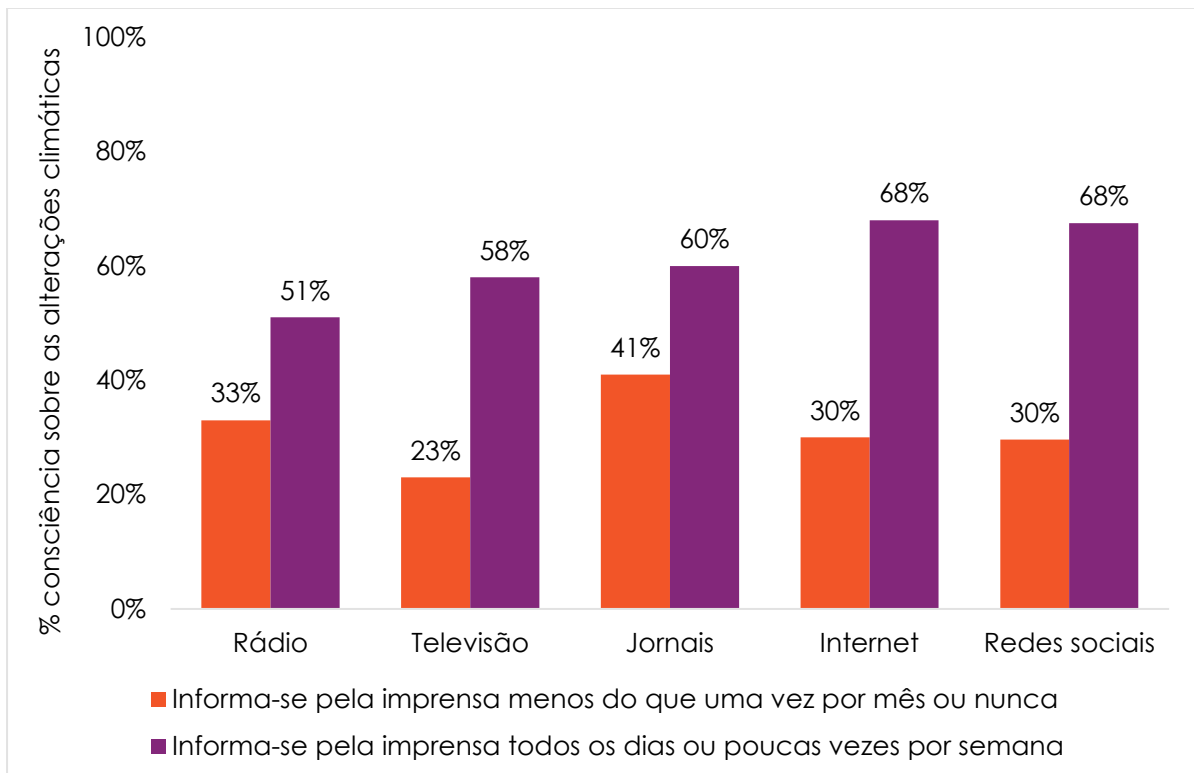
Figura 4: Consciência sobre as alterações climáticas | por grupo demográfico | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Já ouviu falar sobre as alterações climáticas ou ainda não teve a oportunidade de ouvir sobre isso? (% que disse “sim”)

A consciência sobre as alterações climáticas, também, cresce com os respondentes informados pela imprensa, independentemente do tipo de meio de comunicação. Por exemplo, entre os respondentes que regularmente (diariamente ou algumas vezes por semana) obtém notícias pela televisão, 58% ouviu sobre alterações climáticas, comparativamente a 23% que se informa pelas notícias da televisão menos do que uma vez por mês ou nunca. No geral, a consciência sobre as alterações climáticas é bastante elevada, cerca de seis em cada 10 entre os respondentes que obtém, frequentemente, notícias da Internet (68%), das redes sociais (68%), e dos jornais (60%) (Figura 5).

Figura 5: Consciência sobre as alterações climáticas | por cidadãos informados pela imprensa | Angola | 2022



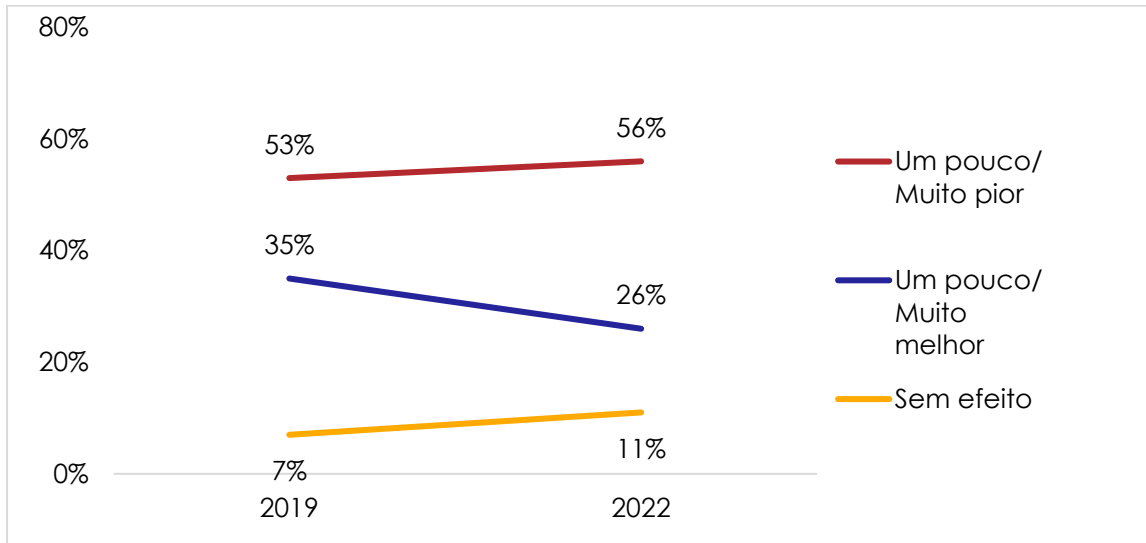
Pergunta aos respondentes: Já ouviu falar sobre as alterações climáticas ou ainda não teve a oportunidade de ouvir sobre isso? (% que disse "sim")

Efeitos das alterações climáticas

A maioria (56%) dos Angolanos que tem consciência sobre as alterações climáticas disse que estava a tornar a vida no país "um pouco pior" (26%) ou "muito pior" (30%). Cerca de metade dos (26%) pensa que está a tornar a vida melhor, uma queda de 9% comparativamente a 2019, enquanto 11% afirmou não ter efeito sobre a qualidade de vida (Figura 6).

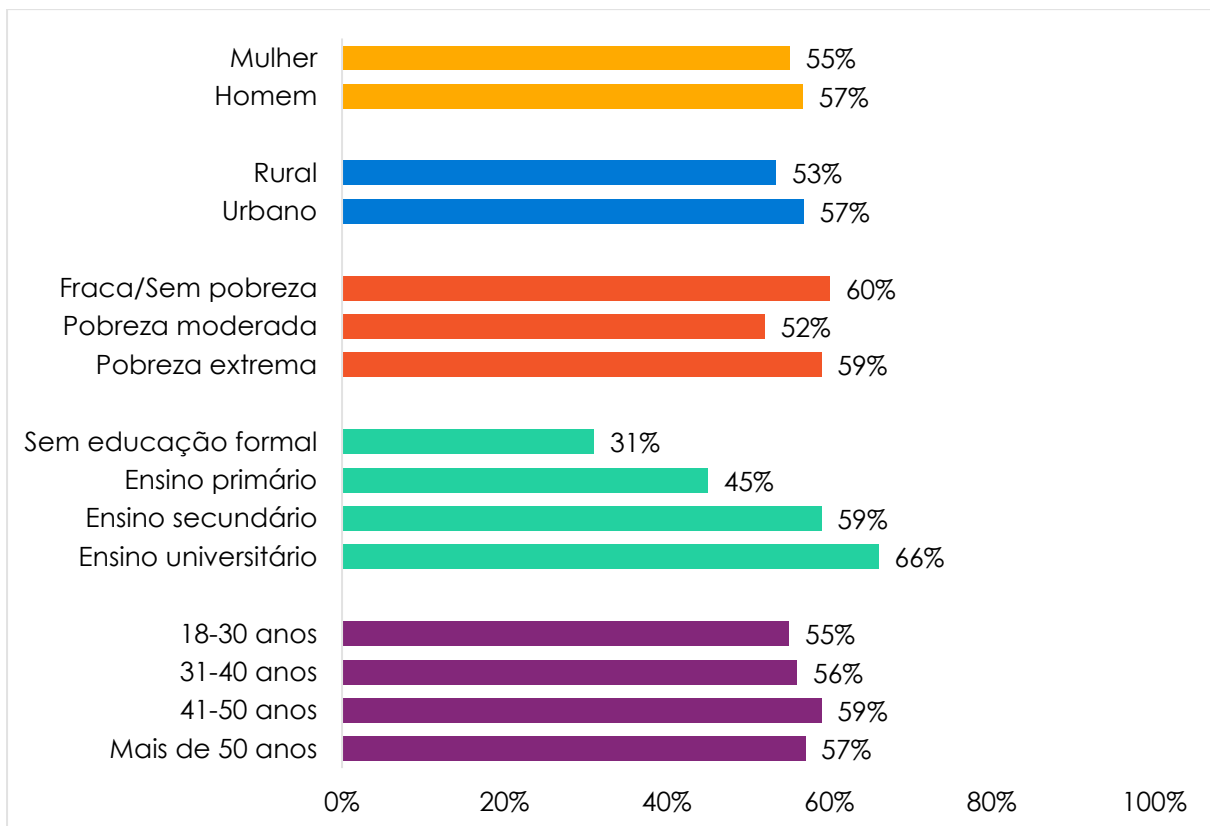
As percepções do impacto negativo das alterações climáticas aumentam com o nível de educação dos entrevistados, variando de apenas 31% daqueles sem escolaridade formal a 66% daqueles com qualificações pós-secundárias (Figura 7). Os residentes urbanos são ligeiramente mais propensos do que os seus homólogos rurais a dizer que as alterações climáticas estão a piorar a vida (57% vs. 53%).

Figura 6: Efeitos das alterações climáticas | Angola | 2019-2022



Pergunta aos respondentes conscientes das alterações climáticas: Você acha que as alterações climáticas estão a tornar a vida em Angola melhor ou pior, ou não ouviu o suficiente para dizer? (Os respondentes sem consciência sobre as alterações climáticas foram excluídos.)

Figura 7: As alterações climáticas agravam as condições de vida | por grupo demográfico | Angola | 2022



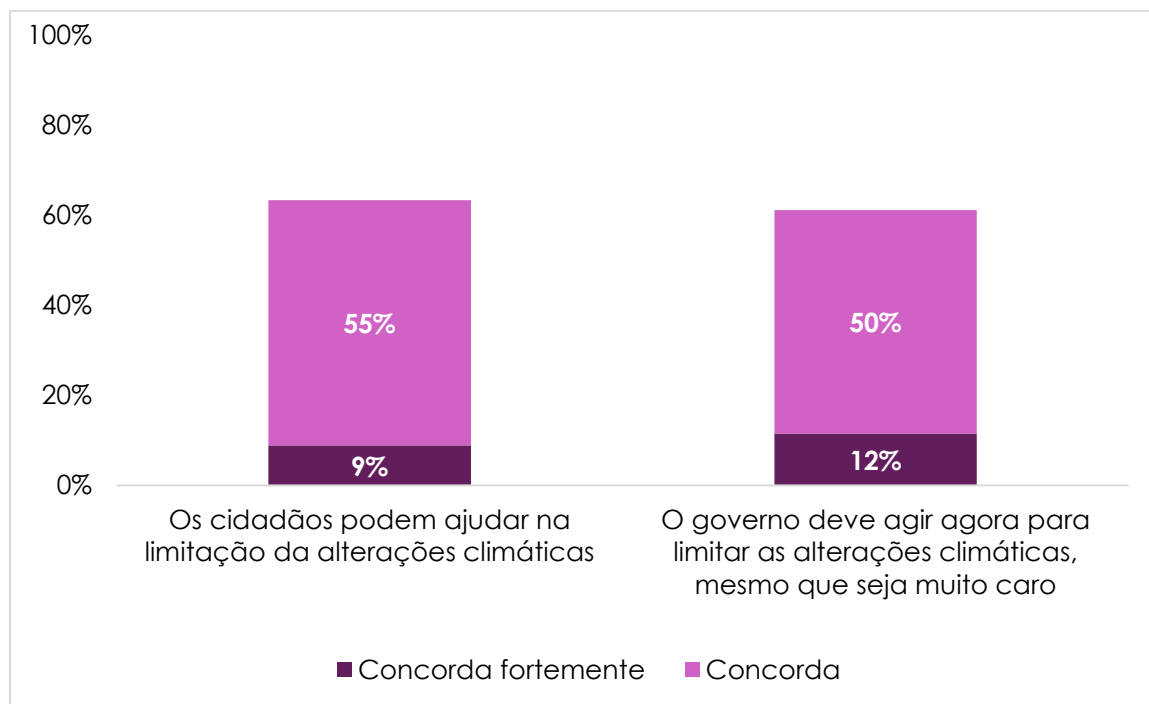
Pergunta aos respondentes conscientes das alterações climáticas: Você acha que as alterações climáticas estão a tornar a vida em Angola melhor ou pior, ou não ouviu o suficiente para dizer? (% que disse "um pouco pior" ou "muito pior") (Os respondentes sem consciência sobre as alterações climáticas foram excluídos.)

Limitar as alterações climáticas

A maioria dos Angolanos consciente sobre as alterações climáticas disse que os cidadãos ordinários e o governo têm um papel importante no controlo das causas que aceleram as alterações climáticas. Mais de seis em cada 10 (63%) “concorda” ou “concorda fortemente” que os cidadãos podem ajudar a travar as alterações climáticas, e uma proporção semelhante (61%)² disse que o governo deve adoptar medidas, agora, para limitar as alterações climáticas, mesmo que seja oneroso, provoque desemprego, ou priva a economia de recursos (Figura 8).

Questionados sobre quem deve ter a principal responsabilidade para limitar as alterações climáticas e reduzir o seu impacto no país, os Angolanos, com frequência, referem que é o governo (41%), seguindo-se os cidadãos ordinários (29%). Poucos respondentes atribuem a principal responsabilidade ao comércio e a indústria (12%) e aos países desenvolvidos (11%) (Figura 9).

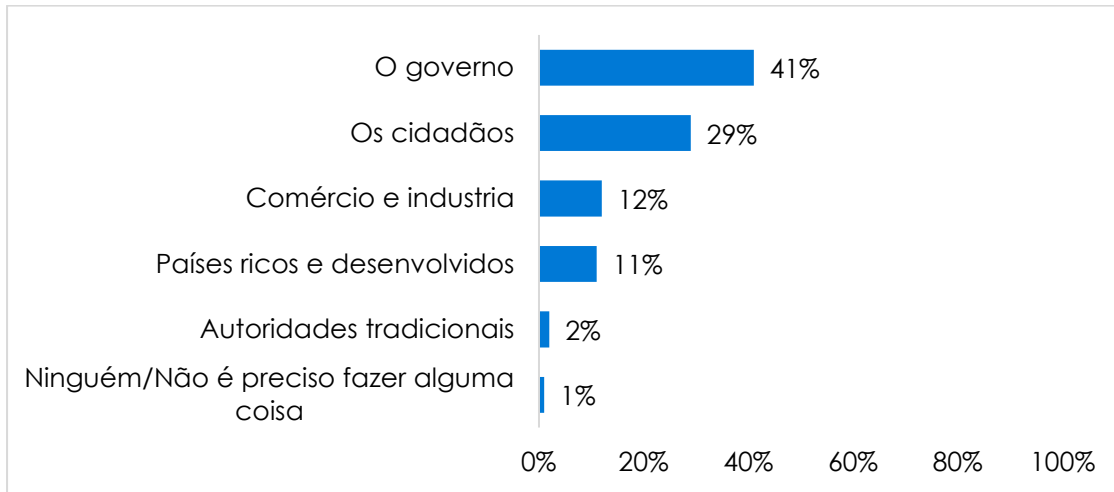
Figura 8: Limitar as alterações climáticas | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes conscientes das alterações climáticas: Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me, por favor, se você discorda ou concorda:
 Angolanos comuns podem desempenhar um papel na limitação das alterações climáticas.
 É importante que o nosso governo tome medidas agora, para limitar as alterações climáticas no futuro, mesmo que isso seja caro ou cause algumas perdas de emprego ou outros prejuízos a nossa economia.
 (Os respondentes sem consciência sobre as alterações climáticas foram excluídos.)

² Devido ao arredondamento, as percentagens para categorias combinadas podem diferir ligeiramente da soma das subcategorias (por exemplo, 50% "concordo" e 12% "concordo totalmente" somam 61%).

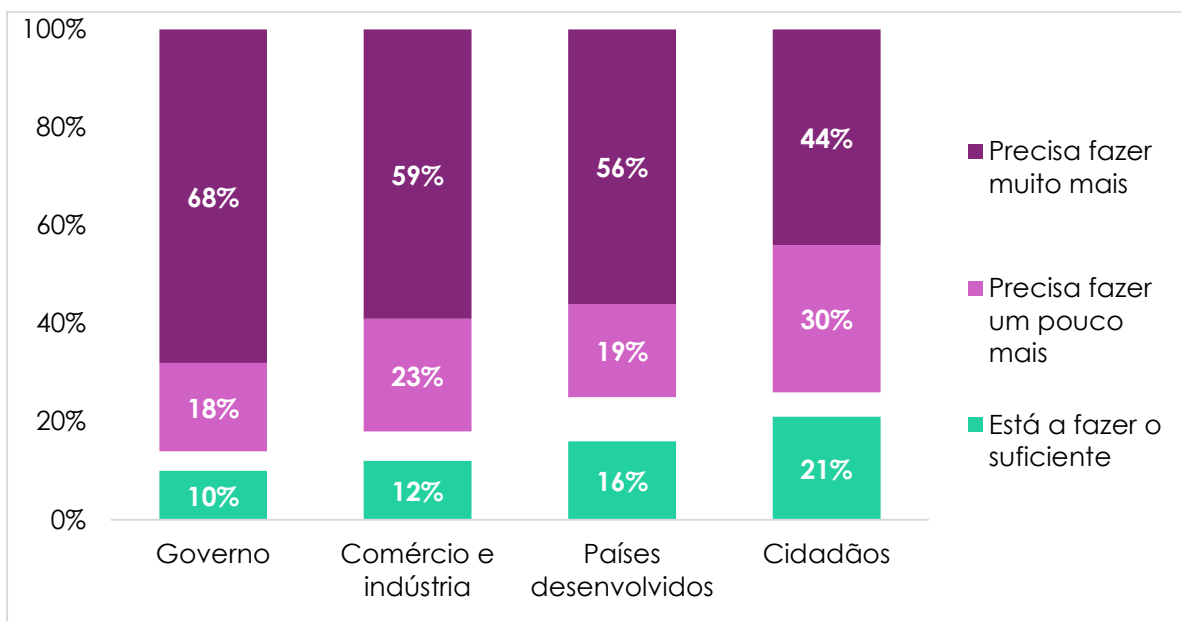
Figura 9: Quem tem a responsabilidade principal para limitar as alterações climáticas? | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes conscientes das alterações climáticas: Quem você pensa que deve ter a responsabilidade principal em tentar limitar as alterações climáticas e reduzir o seu impacto? (Os respondentes sem consciência sobre as alterações climáticas foram excluídos.)

Os stakeholders estão a tomar acções suficientes para limitar as alterações climáticas? Os respondentes negaram com um expressivo “não.” Apenas uma pequena minoria disse o governo (10%), comércio e indústria (12%), países desenvolvidos (16%), e os cidadãos (21%) estão a realizar acções suficientes para lutar contra as alterações climáticas (Figura 10). Uma larga maioria acredita que há muito por fazer, incluindo 68% que referiu que o governo precisa fazer “muito mais.”

Figura 10: Os stakeholders estão a fazer o suficiente para limitar as alterações climáticas? | Angola | 2022

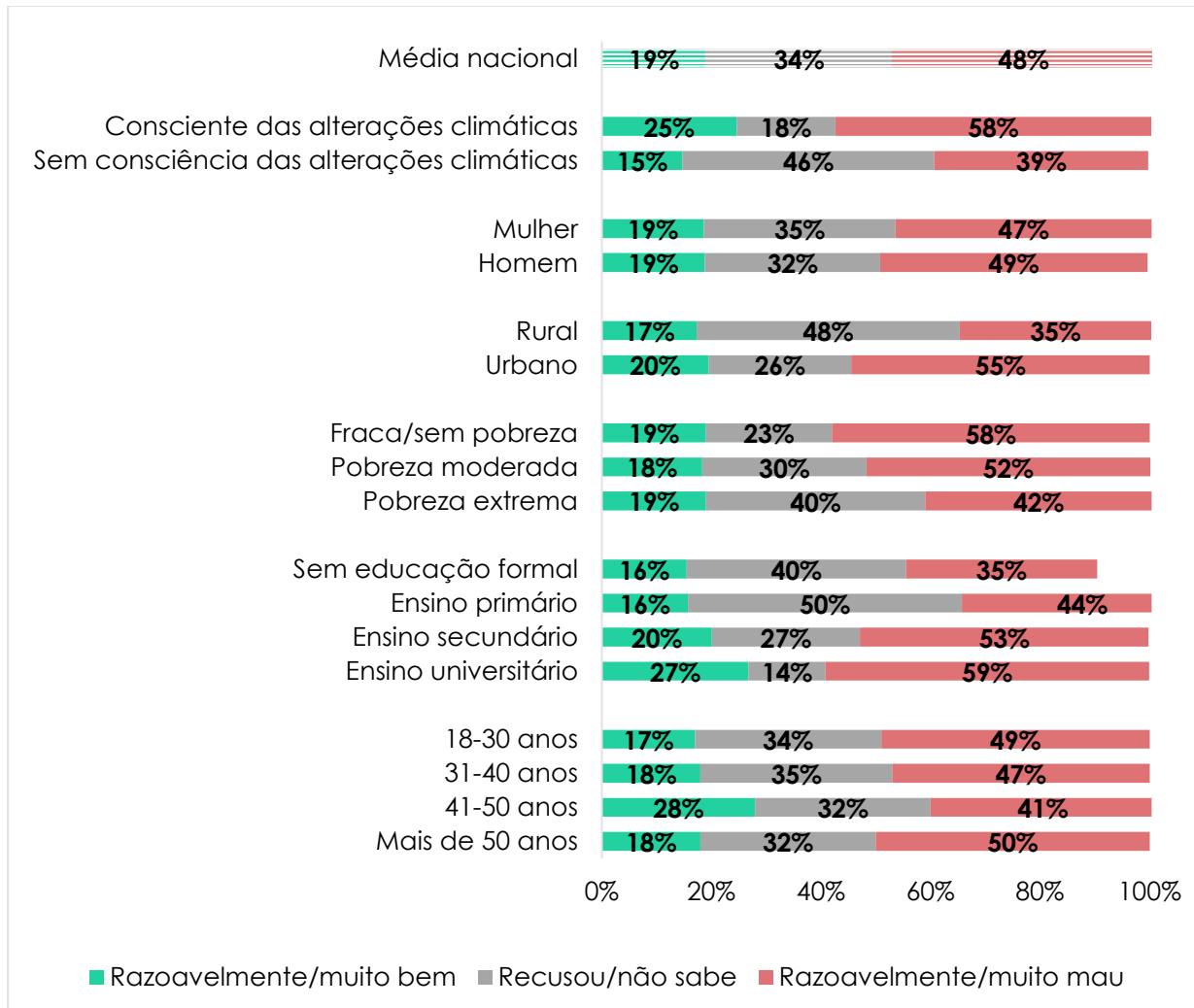


Pergunta aos respondentes conscientes das alterações climáticas: Você pensa que cada um dos seguintes está a fazer o suficiente para limitar as alterações climáticas, ou eles precisam fazer mais, ou você não ouviu sobre isso o suficiente para ter uma opinião? (Os respondentes sem consciência sobre as alterações climáticas foram excluídos.)

Quando os Angolanos são questionados sobre a forma como o seu governo lida com os problemas relacionados com as alterações climáticas, quase metade (48%) de todos os inquiridos descreveu o desempenho do governo como “razoavelmente” ou “muito mau,” enquanto insignificantes 19% dão ao governo uma nota positiva nesta questão (Figura 11).

Os respondentes sem entendimento do termo “alterações climáticas” são menos propensos a avaliar positivamente o governo do que aqueles que têm consciência (25% vs.15%). Os cidadãos pobre e menos instruídos são, também, menos críticos do desempenho do governo do que os mais escolarizados e economicamente em melhor situação.

Figura 11: Desempenho do governo na gestão das alterações climáticas | por grupo demográfico | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Resolver o problema das alterações climáticas?

Conclusão

Os Angolanos que ouviram falar sobre as alterações climáticas expressam, de forma clara: esperam acções do governo, do comércio e indústria, dos países desenvolvidos, e dos seus concidadãos para evitar ou prevenir os impactos potencialmente desastrosos nas suas vidas. A maioria quer acções urgentes do governo, “mesmo que seja dispendioso ou provoque desemprego ou imponha custos à economia.”

Mas pouco menos de metade dos Angolanos adultos não estão conscientes sobre o perigo das alterações climáticas. Especialmente entre os cidadãos residentes rurais, pobres, e menos escolarizados. As campanhas de informação podem ser um passo importante para construir uma aliança de apoio público às políticas públicas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas em Angola.

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer
– sobre qualquer questão, para qualquer país e
rodada de inquérito. É fácil e gratuito em
www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Referências

- Grupo Banco Mundial (2022). Climate change overview: Angola. Climate Change Knowledge Portal.
- Mattes, R. (2020). Lived poverty on the rise: Decade of living-standard gains ends in Africa. Documento de Política do Afrobarometer No. 62.
- Notre Dame Global Adaptation Initiative (ND-GAIN). (2020). Country index: Angola.
- United Nations Development Programme. (2022). Climate promise: Angola.
- USAID. (2018). Climate risk profile: Angola.

Kelechi Amakoh é analista de dados do Afrobarometer e estudante de doutorado no Departamento de Ciência Política da Michigan State University. Email: kamakoh@afrobarometer.org.

Afrobarometer, uma entidade sem fins lucrativos com sede em Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. A coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é assegurada pelo Center for Democratic Development (CDD) no Gana, pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da Universidade de Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das Fundações Mo Ibrahim, Open Society, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam a Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor considere fazer uma contribuição (em www.afrobarometer.org) ou contactar Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite www.afrobarometer.org.

Segue as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 562 | 11 de Outubro 2022